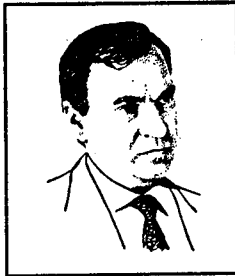


# Gestão financeira em crise

**A**milonga insistente sobre as medidas de política econômica que serão adotadas pelo governo federal, é pouco importante para os demais gestores financeiros, públicos e privados. A política — e dentro dela a política econômica — é um jogo estratégico: o importante não é pensar o que você faria se estivesse no lugar do outro, mas estudar e conhecer o outro para saber o que ele pretende fazer. O outro no caso — ao contrário do que muitos imaginam — não é a equipe econômica do ministro. Nem é tão importante assim, para a gestão financeira dos demais, saber o que pensam. O outro é na verdade o governo federal, que atua dentro da mesma lógica em épocas de desenlace de crise, independentemente da escola econômica do gestor. As medidas, o pacote, ou



**Todos que  
forem  
credores, no  
momento do  
desenlace,  
perderão**

equivalente, são, de certa forma, simples variantes da mesma lógica.

O primeiro princípio que inspira o governo federal — este e os demais — é o do governo país. Para todas as equipes, o País e o governo federal se confundem. As medidas procuram sempre resolver os problemas do governo federal, porque assim simultaneamente os problemas do País “estarão” resolvidos. Portanto, os gestores financeiros

devem listar os problemas do governo, e que ações unilaterais melhorariam ou resolveriam tais problemas. O segundo princípio é o do governo questão. Para todas as equipes a situação do governo é a questão. Se a questão é a dívida pública e seu financiamento, a ação do governo protegerá os devedores e penalizará os credores. Sendo assim, todos os que no mo-

mento do desenlace forem credores perderão. Os que forem devedores ganharão. Raciocínio análogo se aplicaria no caso da questão cambial.

O terceiro princípio é o do governo momento. O momento do pacote é sempre o melhor momento para o governo. Certamente, o pacote não virá no mês do pagamento do reajuste do funcionalismo. Aí a massa salarial dos servidores estará no pico e o déficit potencial será o maior.

O momento do pacote é o pólo extremo oposto ao reajuste dos servidores. O quarto princípio é o do governo sacrifício. As medidas exigem o sacrifício de todos, menos do governo. Sendo assim, as medidas virão no ponto mais baixo do salário mínimo, porque de outra forma a Previdência quebraria. Sacrifícios pela Previdência Social.

O quinto princípio é o do governo capital. O pacote deve ser aplicado num momento favorável em relação às tarifas ou começando por reajustá-las. Finalmente, o sexto princípio é o do governo sá-

bio. Como só o governo dispõe de boas informações e como a sociedade não é confiável, as medidas serão acompanhadas do grau máximo de arbítrio do governo, para que possa atuar em nome de todos. Todos os pacotes são variações sobre os mesmos temas. Fantasiados desta ou daquela maneira.

O que devem fazer os gestores financeiros, em nosso caso: estabelecer o ponto mais afastado; simultaneamente, do reajuste dos servidores e do salário mínimo; na aproximação deste ponto devem abandonar posições credoras; devem manter uma relação favorável entre seus preços e as tarifas do governo, usando as referências dos últimos 4 anos; devem minimizar as suas dependências do governo, que durante algumas semanas tornar-se-á imperial. Neste jogo, o risco do governo é que os demais atores identifiquem a sua lógica, neutralizando-a pela antecipação. Aí pode ser que só reste como alternativa o país.